

A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: A CAPES COMO UM “NÃO-LUGAR”

Jocimar Daolio

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Resumo

Este ensaio discute as relações estabelecidas no interior da área acadêmica Educação Física a partir de algumas diretrizes impostas pela CAPES nos últimos anos que levaram a um certo “estilo” ou um hábito de vida acadêmica. Para isso, parte do conceito de “supermodernidade” e de “não-lugar” (conforme Marc Augé, 1994) para fazer algumas ilações com a produção acadêmica da área de Educação Física e com a relação que os pesquisadores mantêm com a CAPES e também as relações estimuladas pela CAPES no interior da vida acadêmica.

Palavras-chave: Educação Física. Produção Científica. Avaliação.

“O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude”.
(AUGÉ, 1994, p.95)

Introdução

Em 2007 foi publicado um texto sobre a situação da Pós-Graduação em Educação Física no Brasil⁷¹, enfatizando que a subárea sociocultural possuía características próprias, um ser e um tempo específicos, que a tornava mais vulnerável diante dos critérios avaliativos, causando descredenciamentos de vários docentes em programas de pós-graduação da área e dificuldade para financiamentos em órgãos de fomento. Na época havia certo desconforto por parte de alguns pesquisadores em relação aos critérios avaliativos colocados pela área 21 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), área que reúne, além da Educação Física, a Fisioterapia, a Fonoaudiologia e a Terapia Ocupacional e que integra a grande área de Saúde.

O argumento principal do artigo era o de que a Educação Física, como área acadêmica, é composta por várias abordagens de pesquisa, utilizando referenciais teóricos provindos de diferentes concepções científicas, tanto em relação ao método utilizado para a aproximação do fenômeno investigado como em relação à própria construção do objeto de pesquisa. Em que pese o argumento de que a diversidade de aportes teóricos possa fazer parte da tradição da área de Educação Física enriquecendo-a, o que se impunha na época do artigo citado – e ainda se impõe hoje – era que os critérios avaliativos, tanto no interior dos programas de pós-graduação como nos órgãos oficiais de fomento à pesquisa, responsável pela alocação de

⁷¹ Trata-se de “O Ser e o Tempo da Pesquisa Sociocultural em Educação Física”, publicado na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 29, n. 1, setembro de 2007.

verbas públicas em determinados projetos e para determinados pesquisadores, devam contemplar essa diversidade.

Dentre as características da pesquisa sociocultural apresentadas no referido texto destaco a maior lentidão nos procedimentos de pesquisa; o caráter interpretativo inerente à pesquisa sociocultural; a necessária consideração do caráter intersubjetivo da interpretação; a singularidade do autor em quase todos os procedimentos de pesquisa; a necessidade de mais espaço para a veiculação do conhecimento, o que torna os livros e capítulos os veículos importantes para as publicações. Enfim, essas características da pesquisa sociocultural – o que o autor chamou de “o ser” – impunham um certo caminho e veiculação da produção – o que foi chamado de “o tempo” da pesquisa sociocultural.

Na conclusão o artigo clamava por maior democracia acadêmica no interior dos programas de pós-graduação em Educação Física e na área acadêmica em geral, ao invés de nos limitarmos a uma simples demografia acadêmica, que despolitiza o debate e acirra disputas e polaridades.

Pretendo neste trabalho avançar em alguns pontos em relação ao artigo supracitado, não tanto em relação às distinções entre as subáreas sociocultural ou pedagógica e a biodinâmica, mas sobretudo no que se refere às relações estabelecidas no interior da área acadêmica Educação Física a partir de algumas diretrizes impostas pela CAPES nos últimos anos que levaram a um certo “estilo” ou um hábito de vida acadêmica. Pretendo discutir o conceito de “não-lugar”, a partir de Marc Augé (1994), e algumas implicações para a área de Educação Física.

Marc Augé e a supermodernidade

Um dos autores utilizados no citado artigo para dar suporte aos argumentos utilizados foi Marc Augé⁷² e sua discussão sobre a “supermodernidade”, expressão utilizada para caracterizar a contemporaneidade, sem o sentido de superar ou substituir a modernidade, mas acentuar certos fatores da mesma. De acordo com o autor, os pressupostos da modernidade ainda valeriam, mas para se compreender a atualidade seria necessário considerar as chamadas “figuras do excesso”, a superabundância factual, a superabundância espacial e a individualização das referências, que correspondem às transformações ocorridas na contemporaneidade das categorias de tempo, espaço e indivíduo (AUGÉ, 1994; RIETH, 1995).

Para o autor [Augé], a supermodernidade pressupõe uma comunhão de fatores políticos, ideológicos, sociais e culturais que buscam dar não um sentido, mas sentidos, e não mais ao local, mas ao global (ROBLE; DAOLIO, 2006, p.222).

⁷² Marc Augé é um antropólogo francês nascido em 1935, conhecido pelos estudos sobre a contemporaneidade, suas rápidas transformações e as implicações na vida social. Além do livro aqui utilizado como referência, há outras obras do autor traduzidas ao português: *A Guerra dos sonhos* (Papirus, 1998), *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos* (Bertand, 1997), *As formas do esquecimento* (Iman Edições, 2001), *Por uma antropologia da mobilidade* (Edufal, 2010).

Para Marc Augé, na supermodernidade algumas “figuras de excesso” se impõem e transformam a relação que os seres humanos mantêm com o mundo e com as outras pessoas. A primeira figura do excesso seria caracterizada pela transformação do tempo, vivido na contemporaneidade como cada vez mais acelerado e dando uma sensação de que nunca conseguimos realizar tudo aquilo que se espera de nós. Estimulado pela proliferação intensa das informações nessa superabundância de fatos, a sensação é a de que a história se acelera levando a uma necessária e cada vez mais difícil revisão das relações mantidas com o presente. De acordo com Augé, “[...] a história se acelera. Apenas temos o tempo de envelhecer um pouco e nosso passado já vira história [...] Estamos com a história em nossos calcanhares. Ela nos segue como nossa sombra, como a morte” (1994, p.29-30).

A segunda figura do excesso descrita pelo autor é relativa às transformações do espaço, equivalente à sensação de achatamento do espaço e “*encolhimento do planeta*”, como afirma Marc Augé (1994, p.34), uma vez que as distâncias parecem ter se reduzido devido ao avanço dos meios de transporte e da própria informação, cada vez mais acelerada. Se a sensação é a de que o tempo passa cada vez mais rápido, essa sensação está relacionada à sensação de que frequentamos vários espaços ao mesmo tempo, ou podemos nos deslocar rapidamente através de vários espaços. Afirma o autor que a transformação contemporânea do espaço resulta

[...] em consideráveis modificações físicas: concentrações urbanas, transferências de população e multiplicação daquilo a que chamaremos “não-lugares”, por oposição à noção sociológica de lugar [...]” (AUGÉ, 1994, p.36-37)

A terceira figura do excesso é relativa à transformação da categoria “indivíduo”, que crê ser o centro do mundo e, como tal, deve se considerar referência para interpretar as abundantes informações que lhe chegam na contemporaneidade. É o indivíduo, deslocado de um tempo e de um lugar que anteriormente lhe davam referências identitárias, que deve na atualidade, solitariamente, processar as rápidas transformações causadas pela supermodernidade, tornando-se a própria referência. A consequência é o que Augé chama de “*produção individual de sentidos*” (p.39), ou “*a individualização dos procedimentos*” (p.39), e que leva a singularidades de objetos, de grupos e de pertinências. O autor aponta para a solidão que acomete cada vez mais as pessoas na busca de referências num mundo cada vez mais veloz e cada vez mais global, chegando a anunciar a necessidade de uma “*etnologia da solidão*” (p.110).

De acordo com Augé (1994), as três figuras do excesso, características da supermodernidade exigem dos pesquisadores a consideração de que na contemporaneidade há outros fatores influenciando as formas de vida, sem negar ou destruir a modernidade, mas colocando em questão novas variáveis a serem consideradas na dinâmica da vida. Se o antropólogo tradicionalmente analisava um grupo devidamente localizado num tempo e num espaço e esse contexto temporal e espacial oferecia aos indivíduos membros desse grupo praticamente todas as referências identitárias necessárias para sua vida tanto passada como futura e presente, na contemporaneidade essas relações, embora continuem existindo, devem considerar outros fatores. Se o antropólogo, no dizer de Augé, fazia “[...] uma antropologia do aqui e do agora” (p.14), pressupondo um testemunho direto de uma atualidade presente, agora essas recentes relações com o tempo e o espaço fazem do indivíduo, não um ser sem

identidade, mas um ser com muitas e flutuantes identidades em função das novas relações que mantêm com o mundo e com os outros indivíduos.

Marc Augé e o conceito de “não-lugar”

O conceito de Marc Augé que mais interessa aos propósitos deste texto é o conceito de “não-lugar”, definido pelo autor em oposição ao conceito de lugar, a partir da tradição antropológica. Para o autor, o lugar antropológico é “[...] *simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa*” (AUGÉ, 1994, p.51). Esses lugares possuem três características comuns: são identitários, relacionais e históricos.

Nascer num determinado lugar, ocupando um lugar numa família, em uma determinada época impõe (ou pelo menos impunha) certas obrigações sociais e a necessidade de ocupar e preencher determinadas expectativas e demandas do meio social, e isso tudo compunha a identidade individual. As referências compartilhadas designavam fronteiras entre aquilo que o indivíduo deveria ou não realizar na relação com outros indivíduos. E essa construção identitária e relacional é também histórica pelo fato de ser coletiva, oriunda de gerações anteriores, sendo transmitida através das gerações, dando ao indivíduo uma estabilidade mínima para suas relações na vida cotidiana.

A partir das transformações da supermodernidade, especificamente no mundo ocidental, e particularmente a partir da consideração do conceito de lugar antropológico, o autor chega, por oposição, ao conceito de “não-lugar”. Segundo ele

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos [...] (AUGÉ, 1994, p.73).

No mundo contemporâneo marcado pelas relações efêmeras e provisórias, caracterizado pela superabundância factual e espacial e, sobretudo, pela individualização das referências, poderiam se constituir em exemplos de não-lugares os locais onde se transita, e também as relações mantidas com esses locais: as vias de trânsito, as cadeias de hotéis, acampamentos de refugiados, clubes de férias, os domicílios móveis considerados como meios de transporte, como aviões, trens e ônibus, os aeroportos, estações ferroviárias e também as redes tecnológicas que permitem hoje a veloz comunicação da informação. De acordo com o autor,

Os não-lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta (AUGÉ, 1994, p.36-37).

Além desses espaços definidos como não-lugares, há contatos que se estabelecem com locais não habitados, como as transferências bancárias, as transações com cartões de crédito,

as operações financeiras internacionais, as “relações” que os indivíduos mantêm atualmente com as bombas de combustíveis nas quais se prescindem de funcionários, as bilheteiras eletrônicas em estações de metrô e trens, as máquinas que vendem fichas para serem utilizadas em outras máquinas. São contatos – ainda que não se mantenha relação no sentido humano do termo – nas quais o indivíduo se relaciona com a virtualidade propiciada pela tecnologia das redes de informação cibernética.

De acordo com Rieth (1995, p.87), por meio dos não-lugares se descortina um mundo comprometido com o transitório e a solidão. Augé afirma que “[...] *assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária*” (1994, p.87). O que parece estar acontecendo atualmente é que as relações identitárias que os indivíduos mantinham com os outros em sua vida comunitária estão se tornando cada vez mais raras, ou pelo menos sofrendo profundas transformações. Augé exemplifica com os grandes trevos rodoviários, que não permitem mais às pessoas se encontrarem nos antigos cruzamentos. Ou nas viagens turísticas que fazem do sujeito um mero espectador de paisagens, sem se interessar por manter relações com os locais e pessoas visitados, criando uma “*relação fictícia entre olhar e paisagem*” (idem, p.80). É nesse sentido que Augé denuncia uma sensação de solidão do indivíduo contemporâneo.

De acordo com Costa (2004), vive-se atualmente a “moral do espetáculo”, influenciada pela mídia e caracterizada pelas relações efêmeras e cada vez mais individualistas. Essas relações geram um estilo de vida que nega a tradição e autoridade construídas historicamente, tornando as relações humanas provisórias e estimulando a formação de personalidades hedonistas e narcisistas. Afirma Costa que “[...] *a celebridade é a autoridade do provisório*” (2004, p.169).

A Capes como um “não-lugar”

A partir dessas considerações sobre as características da supermodernidade e o conceito de não-lugar, é possível fazer algumas ilações com a produção acadêmica da área de Educação Física e com a relação que os pesquisadores mantêm com a CAPES e também as relações estimuladas pela CAPES no interior da vida acadêmica.

Parafrazeando Marc Augé, em oposição ao conceito de lugar antropológico – identitário, relacional e histórico – a CAPES pode ser definida como um “não-lugar”, pelo fato de não estabelecer relações identitárias que preservem a tradição e autoridade da área acadêmica Educação Física. De fato, a partir do início do século XXI, a CAPES passou a ocupar um lugar – ou não-lugar – de definidora dos padrões científicos das universidades e instituições de pesquisa brasileiras. Não se trata, obviamente, de negar a legitimidade de um órgão governamental como a CAPES na avaliação dos programas de pós-graduação nacionais. O que se pretende aqui é discutir o papel que a CAPES ocupa no cenário da pesquisa nacional e como está influenciando as relações dos pesquisadores entre si e com a própria pesquisa que realizam, uma vez que os critérios avaliativos da produção acadêmica não podem ser confundidos com as finalidades da pesquisa em si⁷³.

⁷³ Embora esteja me referindo à CAPES de forma geral, não se trata de crítica ao órgão como um todo, mas ao processo desencadeado no interior da Área 21, que inclui a Educação Física. Outras áreas da CAPES possuem critérios avaliativos diferentes e não merecem exatamente as críticas que faço no presente texto.

Como todos sabem, a produção acadêmica individual é quantificada e a somatória de pontos no triênio é que aloca o pesquisador nos programas de pós-graduação, ou, quando determinadas metas não são alcançadas, o descredencia. Essa quantificação – ironicamente pautada no sistema denominado *Qualis* Capes – depende da classificação dos periódicos nos quais os artigos são publicados, estendendo-se de A1 até B5. Os livros e capítulos passaram a ser quantificados posteriormente, mas com critérios específicos e, a partir de 2011, sem considerar as reimpressões. É a somatória de pontos na produção acadêmica dos pesquisadores de um programa de pós-graduação o principal item na avaliação trienal que a CAPES realiza de cada programa, gerando uma nota, que implica maiores dotações de bolsas e verbas para o programa. Essa corrida pela obtenção de pontos no triênio corrente faz com que os pesquisadores se empenhem para ter uma somatória de pontos cada vez maior, o que o qualificaria a ser mantido nos programas de pós-graduação, ter mais vagas para orientação de mestrandos e doutorandos, ter mais acesso às bolsas de produtividade em órgãos de fomento e contribuir para a melhor classificação do programa ao qual pertence.

O que agrava e torna essa corrida cada vez mais ansiógena é a sensação de que a obtenção de um certo número de pontos nunca é suficiente, uma vez que as médias de pontos exigidas por programa são sempre crescentes, ainda que o programa não mude de estrato junto à Capes. É o que popularmente se chama de “subida do sarrafo”, numa alusão às provas de salto em altura e salto com vara, nas quais o sarrafo vai subindo, até nenhum atleta conseguir superá-lo, nem mesmo o último atleta, que vence a prova sem conseguir sucesso na última tentativa.

Todo pesquisador com um mínimo de formação política e compromisso social deveria saber que não faz pesquisas ou publica resultados das mesmas com a finalidade principal de atender aos critérios da CAPES. Ele deveria pesquisar e publicar para socializar um conhecimento adquirido por meio de pesquisas e estudos e contribuir com a área de Educação Física, gerando novas reflexões e novas práticas no campo acadêmico e profissional da área, continuando e enriquecendo dessa forma o processo sempre inacabado de reflexão científica. Enfim, retornando para a sociedade o investimento público recebido. Porém, não é o que se vê atualmente e não é por acaso que a discussão sobre a relevância social das pesquisas e a própria finalidade da ciência parecem estar sendo substituídas por mapeamentos, estatísticas e cálculos da quantidade da produção acadêmica de cada pesquisador e de cada programa de pós-graduação.

Alguns autores já manifestaram oposição aos critérios estabelecidos pela CAPES, mostrando as contradições inerentes a esse processo. Hugo Lovisolo (2007), fazendo uma crítica aos padrões estabelecidos pela CAPES, mostrou que as exigências podem levar a prejuízos para a área, já que estas são desmedidas ou pouco realistas e que a área sequer dispõe de periódicos para dar vazão às exigências. Além disso, apontou duas atitudes que se espalham devido às exigências de publicação, a reciprocidade, a partir da qual equipes de pesquisadores trocam assinaturas em vários artigos, multiplicando virtualmente suas produções; e a replicação, que faz com que se publique artigos com dados e conclusões muito parecidos, perdendo-se a necessária originalidade das pesquisas. Por fim, o autor conclui contrapondo a expressão popular de “levantar o sarrafo” à não menos popular “dar tiro no próprio pé”, sugerindo que esse processo pode ser danoso à área.

Luiz Oswaldo Rodrigues (2007), questionando os critérios avaliativos dos órgãos de fomento que enfatizam a quantidade de produções e a sua veiculação a partir de critérios internacionais e a desconsideração da relevância social em termos nacionais, afirmou

[...] temos de mudar nossa cultura do muito para o melhor, com ênfase nos critérios de relevância do conhecimento produzido e não apenas no prestígio internacional do meio de publicação. Deveríamos também modificar nossas prioridades na publicação, valorizando a publicação dos artigos em português e a divulgação científica para crianças, jovens e profissionais brasileiros (p.45).

Se um “não-lugar”, de acordo com Marc Augé, é fruto das figuras do excesso da supermodernidade (superabundância factual, superabundância espacial e individualização das referências), argumento aqui que a CAPES, ainda que involuntariamente, acabou por assumir esse papel, por estimular relações com a pesquisa que, pelo menos no interior da área de Educação Física, levaram a assumir características que desconsideram ou negam a tradição da mesma. Costa (2004) diria que esse processo, ao invés de autoridade historicamente constituída, tem gerado celebridades provisórias e efêmeras.

Alguns exemplos podem ser dados para corroborar essa argumentação, dentre os quais o fato de parte dos pesquisadores considerados produtivos nas avaliações dos programas de pós-graduação ser absolutamente desconhecida na área, tanto no campo profissional como também no acadêmico. Por outro lado, pesquisadores que, em alguns casos, sequer fazem parte de programas de pós-graduação por não obterem pontuação suficiente, mantêm grandes círculos de relacionamentos e têm suas produções lidas, citadas e referenciadas em concursos e em bibliografia de disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação. Ou seja, a despeito da pontuação valorizada pela CAPES, que cria disputa e hierarquização entre os pesquisadores, na área acadêmica da Educação Física há todo um conjunto de alunos e profissionais que são influenciados pela produção científica de pesquisadores alijados da área 21 da CAPES, e que geram novos sentidos à produção acadêmica da área. Sempre é bom lembrar que existe vida acadêmica fora dos ditames impostos pela CAPES.

Uma rápida observação nos públicos dos eventos acadêmico-científicos da área pode dar a dimensão desse fato. Os pesquisadores mais produtivos, de acordo com os critérios avaliativos na área 21 da CAPES, muitas vezes não são aqueles que conseguem criar interlocução com os alunos e profissionais da Educação Física. Alguns deles sequer discutem a Educação Física e seus campos de aplicação, mas se preocupam com temas tão específicos que não possuem qualquer tipo de relação com a média dos profissionais da área. Sempre será possível contra-argumentar afirmando que a pesquisa básica é necessária e que sua aplicação ocorrerá no futuro, mas essa afirmação já denotaria uma visão de ciência que negaria os consumidores médios da pesquisa em Educação Física, invertendo-se o problema, como se os consumidores tivessem que se adequar à produção e não o contrário.

Além disso, esse processo negaria a tradição e autoridade da área, que foi construída ao longo de muitos anos. O fato de um jovem pesquisador de temas científicos básicos possuir alta pontuação nos critérios da CAPES não deveria ser considerado modelo e colocado como critério de comparação em relação a aqueles que tradicionalmente produziram conhecimentos necessários para essa produção atual, como se aquele devesse ser valorizado e este descredenciado. Dito de outra forma, a ciência pressupõe história e tradição. Os conhecimentos não surgem do nada, mas vão se sobrepondo, o que significa que tudo que se produz hoje em termos de ciência depende do acúmulo de outras épocas.

Um dos efeitos dessa corrida em busca dos pontos necessários para a manutenção do pesquisador nos programas de pós-graduação e para o acesso do próprio programa em estratos superiores faz com que as pesquisas se tornem repetitivas e percam a originalidade. Ou seja,

se a produção acadêmica, medida por meio de índices de publicação em periódicos, tem aumentado nos últimos anos, como mostram as estatísticas apresentadas pelos representantes da área 21 na CAPES, há indícios de que ela tem perdido sua originalidade. É o que Lovisollo (2007) chamou de replicação da produção. Mais uma vez pode-se constatar que os fins estão justificando os meios, ou a busca incessante por aumento da produção está fazendo com que se publique qualquer coisa. Marc Augé (1994), analisando o processo contemporâneo de consumo de bens num tempo acelerado e no espaço de um não-lugar, aponta para o narcisismo como consequência, afirmando que a lei comum é “[...] *fazer como os outros para ser você mesmo*” (p.97).

Há quem diga que os pareceristas das revistas – em última instância quem decide se um periódico deve acolher determinado artigo – não deixariam esse processo acontecer, zelando pela qualidade da produção e sendo criteriosos nas análises dos artigos submetidos às revistas. É verdade e não se deve duvidar de sua boa intenção nas análises dos manuscritos submetidos aos periódicos, mas também não se pode negar que os pareceristas são os mesmos pesquisadores que publicam e incorporaram o padrão atual instaurado na era Capes.

Uma das figuras do excesso característica da supermodernidade, no dizer de Marc Augé (1994) é a aceleração do tempo, que influencia sobremaneira a produção acadêmica, da forma como tem sido estabelecido pela CAPES na área de Educação Física. Se fizermos um paralelo com a construção artística, poderia-se dizer que a produção exige tempo e certa dose de descompromisso e criatividade, ao contrário do tempo controlado característico de uma produção em série típica de uma fábrica. Um artista leva tempo para conceber sua obra e ainda mais tempo para sua execução. Pode-se ter a rápida multiplicação de uma réplica da obra de arte, mas a obra em si é uma construção lenta e também sua apreciação e reconhecimento. O impacto de uma produção científica exige um espaço de tempo maior, da mesma forma que a formação de pesquisadores exige tempo. Nem sempre uma obra de arte ou de ciência pode ser avaliada e reconhecida rapidamente. O que parece estar acontecendo é que a produção acadêmica, para atender aos critérios avaliativos e gerar rápida pontuação, está preterindo a reflexão, necessária para a originalidade e profundidade das pesquisas. Rafael Alcadipani (2011), numa crítica ao produtivismo na área de administração, reporta-se ao processo de “*macdonaldização*” do ensino nas universidades e ao processo “*fast food*” da produção acadêmica.

O próprio espaço de tempo de três anos para a avaliação da CAPES nega o respeito à tradição da área, uma vez que a produção de um pesquisador deveria levar em conta toda sua vida acadêmica e profissional. Em outras palavras, contraditoriamente no início de cada triênio todos os pesquisadores da área estão novamente sem pontos, como se nada tivessem produzido em sua vida, e têm que reiniciar a frenética corrida pela obtenção de novos pontos. Essa imposição gera outra contradição, que se traduz no fato do pesquisador “guardar” sua produção para o triênio seguinte, quando ele já cumpriu as metas do triênio corrente. Não se publica quando se tem algo novo a apresentar para a comunidade científica e profissional da área, mas quando é mais conveniente em termos de pontuação para o pesquisador e para o programa a que ele pertence.

O que se impõe atualmente é a redefinição da noção de impacto na produção acadêmica. A produção em livros é um bom exemplo do equívoco instalado pela Capes no campo da Educação Física, já que é uma produção que, pelas suas próprias dimensões e por sua circulação prioritariamente impressa, deveria considerar critérios de tempo mais dilatados para sua avaliação de impacto, sobretudo nas subáreas mais próximas das ciências humanas e sociais. Frequentemente um livro é considerado clássico por uma área acadêmica após vários

anos de sua publicação. Porém, a área 21 da CAPES sequer considera as reimpressões de livros e os avalia no mesmo período de três anos.

A título de conclusão

Se a CAPES assumiu o papel de um não-lugar, e esse papel está causando perda da tradição científica da área de Educação Física, resta lutarmos para a volta da consideração da produção científica de Educação Física – e da CAPES – como um lugar antropológico, necessariamente identitário, relacional e histórico, seguindo as reflexões de Marc Augé, utilizadas como principal referência neste texto.

Se as críticas manifestadas neste texto não são propriamente novas, uma vez que vários autores de diversas áreas acadêmicas têm resistido nos últimos anos ao papel da CAPES em relação ao estabelecimento de parâmetros para a produção e avaliação da produção acadêmica no Brasil, resta apresentarmos alguns caminhos para a transformação desse quadro, sob risco de vermos sucumbir a originalidade e a qualidade das pesquisas brasileiras, não somente na área de Educação Física.

Para a CAPES assumir o papel de lugar antropológico, ela deveria primeiramente considerar a diversidade de pensamentos e olhares para o fenômeno da Educação Física. Há que se reconhecer que a mesma régua para medir e avaliar a produção acadêmica de uma área que engloba pesquisas com aportes teóricos oriundos de disciplinas das ciências naturais e das ciências humanas favorece determinadas produções e prejudica outras. Há que reconhecer as diferenças de abordagens e de procedimentos metodológicos, a fim de adequar a avaliação ao tipo de pesquisa realizada.

Outro ponto necessário seria aumentar o tempo de avaliação, reconhecendo o triênio como um recorte de tempo insuficiente para a consideração do verdadeiro impacto de uma produção acadêmica. Isso torna-se ainda mais grave em relação aos livros e capítulos, cuja produção tem uma circulação mais lenta, pelo fato de ser majoritariamente impressa.

Há que se redefinir a noção de impacto de uma produção acadêmica, considerando não apenas o status do periódico, mas a efetiva leitura de determinado artigo e sua utilização em cursos de graduação e pós-graduação, sua citação em editais de concursos públicos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso e não somente sua citação em outros artigos, fato que gera circularidade viciosa na avaliação. Um artigo numa revista considerada qualificada em estratos superiores que não é lido, estudado e citado em cursos e disciplinas de graduação e pós-graduação da área não pode ser considerado como de alto impacto. Da mesma forma, uma reimpressão de um livro antigo que continua a ser referenciado na área, precisa ser melhor avaliado.

Enfim, considerar a CAPES como um lugar antropológico – identitário, relacional e histórico – implica reconhecê-la como uma entidade feita por todos os pesquisadores da área, portanto, diversa e múltipla. Implica considerar que um sistema de avaliação que exclui pesquisadores que possuem tradição na área não é um bom sistema. Implica considerar como produto acadêmico não somente artigos e livros novos, mas toda a consequência do trabalho dos pesquisadores, como participação em eventos, orientação de alunos de graduação e pós-graduação, textos de divulgação em mídia, coordenação de cursos de especialização, atuação como parecerista, participação como conferencista etc. Implica, por fim, considerar a CAPES como referência para a construção da história da área de Educação Física e não apenas como sua algoz.

ACADEMIC PRODUCTION IN PHYSICAL EDUCATION: CAPES AS A "NON-PLACE"

Abstract

This essay discusses the relationships established within the Physical Education academics area from some guidelines imposed by CAPES in recent years that have led to a certain "style" or a habit of academic life. The discussion is based on the concept of "supermodernity" and "non-place" (according Marc Augé, 1994). Conclusions regarding academic research in the area of Physical Education, the relationship that researchers have with CAPES and also the relations stimulated by CAPES within the academic life are presented.

Keywords: Physical Education. Scientific Production. Evaluation.

LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA EN EDUCACIÓN FÍSICA: CAPES COMO UN "NO-LUGAR"

Resumen

Este ensayo discute las relaciones establecidas en el área académico de Educación Física a partir de algunas directrices impuestas por CAPES durante los últimos años que llevaron a un cierto "estilo" o hábito de vida académica. Para esto, se parte del concepto de "supermodernidad" y de "no-lugar" (conforme Marc Augé, 1994) para hacer algunas ilaciones con la producción académica del área de Educación Física y con la relación que los investigadores mantienen con CAPES, y también las relaciones estimuladas por CAPES en el interior de la vida académica.

Palabras Clave: Educación Física. Producción Científica. Evaluación.

Referências

ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. **Cadernos EBAPE.BR** Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, v.9, n.4, p.1174-1178, 2011.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

COSTA, J. F. **O vestígio e a aura**: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DAOLIO, J. O ser e o tempo da pesquisa sociocultural em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.29, n.1, p.49-60, 2007.

LOVISOLO, H. R. "Levantando o sarrafo ou dando tiro no pé": critérios de avaliação e qualis das pós-graduações em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.29, n.1, p.23-33, 2007.

RIETH, F. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade (resenha). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n.2, p.270-271, 1995.

ROBLE, O. J.; DAOLIO, J. Do corpo identitário ao corpo virtual: algumas implicações para a educação física. **Pro-Posições**, Campinas, v.17, n.1(49), 2006.

RODRIGUES, L. O. C. Publicar mais, ou melhor? O tamanduá olímpico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.29, n.1, p.35-48, 2007.

Recebido em: 09/02/2015

Revisado em: 06/04/2015

Aprovado em: 09/06/2015

Endereço para correspondência:

Jocimar Daolio

jocimar@fef.unicamp.br

Cidade Universitária Zeferino Vaz

Barão Geraldo, Campinas - SP

13083-970